



**SAÚDE e PREVENÇÃO
NAS ESCOLAS**

MINISTÉRIO DA SAÚDE
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

ADOLESCENTES E JOVENS PARA A
EDUCAÇÃO ENTRE PARES

Gêneros

Saúde e prevenção nas escolas, v. 7
Série B. Textos Básicos de Saúde

Brasília – DF
2011

© 2011 Ministério da Saúde.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial. A responsabilidade pelos direitos autorais de textos e imagens dessa obra é da área técnica. A coleção institucional do Ministério da Saúde pode ser acessada, na íntegra, na Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde: <http://www.saude.gov.br/bvs>.

Saúde e prevenção nas escolas, v. 7
Série B. Textos Básicos de Saúde

Tiragem: 1ª edição – 2011 – 10.000 exemplares
Houve impressão de 2.300 exemplares em 2010 sem atribuição de ISBN

Produção

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais
SAF Sul Trecho 2, Bloco F, Torre 1 – Ed.
Premium
CEP: 70.070-600 - Brasília – DF
E-mail: aids@aids.gov.br / edicao@aids.gov.br
Home page: <http://www.aids.gov.br>
Disque Saúde / Pergunte Aids: 0800 61 1997

Distribuição e Informações

MINISTÉRIO DA SAÚDE
Secretaria de Vigilância em Saúde
Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais
SAF Sul Trecho 2, Bloco F, Torre 1 – Ed.
Premium
CEP: 70.070-600 - Brasília – DF
E-mail: aids@aids.gov.br / edicao@aids.gov.br
Home page: <http://www.aids.gov.br>
Disque Saúde / Pergunte Aids: 0800 61 1997

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

Secretaria de Educação Básica
Esplanada dos Ministérios, Bloco L, Edifício
Sede, sala 500
CEP 70047-900 – Brasília – DF
Home page: <http://www.mec.gov.br>
E-mail: daso-seb@mec.gov.br
Informações: 0800616161

Autoria para esta edição:

Esta publicação é uma adaptação do texto elaborado por Maria Adrião e contou com a

participação dos(as) diversos(as) colaboradores(as) listados(as) abaixo. Além disso, foi adaptada das oficinas de formação de jovens multiplicadores(as) do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas.

Colaboradores:

Ângela Donini
Carla Perdiz
Cláudio Dias
Dalva de Oliveira
Daniela Ligiéro
Denis Ribeiro
Denis Ricardo Carloto
Denise Serafim
Ellen Zita Ayer
Emília Moreira Jalil
Fernanda Nogueira
Henrique Dantas de Santana
Inocência Negrão
Juny Kraiczyk
Lula Ramirez
Magda Chinaglia
Márcia Acioli
Márcia Lucas
Margarita Diaz
Maria Adrião
Maria de Fátima Simas Malheiro
Maria Elisa Almeida Brandt
Maria Rebeca Otero Gomes
Maria Teresa de Arruda Campos
Mariana Braga
Mario Volpi
Nilva Ferreira de Andrade

Ricardo de Castro e Silva
Rosilea Maria Roldi Wille
Sandra Unbehaum
Suylan Midley e Silva
Thereza de Lamare
Vera Lopes

Organizadoras:

Fernanda Lopes
Isabel Cristina Botão
Jeane Félix
Nara Vieira

Responsável pela Unidade de Prevenção

Ivo Brito

Consultoria para esta edição:

Silvani Arruda

Revisão Final:

Jeane Félix
Nara Vieira

Edição:

Dário Noleto
Mylle Priscilla Müller Nunes
Telma Tavares Richa e Sousa

Projeto gráfico, capa e diagramação:

Viração Educomunicação - Ana Paula Marques

Normalização:

Amanda Soares Moreira - Editora MS

Impresso no Brasil / Printed in Brazil

Ficha Catalográfica

Brasil. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais.

Adolescentes e jovens para a educação entre pares : gêneros / Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Departamento de DST, Aids e Hepatites Virais. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica – Brasília : Ministério da Saúde, 2011.

60 p. : il. – (Saúde e prevenção nas escolas, v. 7) (Série B. Textos Básicos de Saúde)

ISBN 978-85-334-1824-0

1. Saúde do adolescente e do jovem. 2. Doença sexualmente transmissível (DST). 3. Gênero. I. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. II. Título. III. Série.

CDU 613.88-053.6

Catálogo na fonte – Coordenação-Geral de Documentação e Informação – Editora MS – OS 2011/0159

Títulos para indexação:

Em inglês: Adolescents and young people for peer education: gender

Em espanhol: Adolescentes y jóvenes para la educación entre pares: géneros

Prefácio

A série de fascículos *Adolescentes e Jovens para a Educação entre Pares*, do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE), como o próprio nome indica, é destinada a adolescentes e jovens. Tem como objetivo auxiliá-los(as) no desenvolvimento de ações de formação para promoção da saúde sexual e saúde reprodutiva, a partir do fortalecimento do debate e da participação juvenil.

Seu propósito não é ser apenas mais um conjunto de fascículos, e sim trazer provocações e aprofundar o conhecimento que os(as) adolescentes e jovens têm a respeito de temas presentes em toda a sociedade, e que muitas vezes são tratados de maneira equivocada ou com preconceitos. Ao mesmo tempo, deseja orientar o trabalho por meio de oficinas, debates e leituras. Pretende, também, provocar reflexões e instigar o diálogo sobre as temáticas do SPE dentro das escolas brasileiras.

Os temas fundamentais destes fascículos são dados pelos eixos de ação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas, que têm como objetivo central desenvolver estratégias de promoção dos direitos sexuais e dos direitos reprodutivos, de promoção da saúde, de prevenção das doenças sexualmente transmissíveis, do HIV e da aids, e da educação sobre álcool e outras drogas, com adolescentes e jovens escolares, por meio do desenvolvimento articulado de ações no âmbito das escolas e das unidades básicas de saúde.

O SPE é conduzido, no âmbito federal, pelo Ministério da Educação e pelo Ministério da Saúde, em parceria com o UNESCO, o UNICEF e a UNFPA. Essas instituições constituem o Grupo de Trabalho Federal (GTF) que está encarregado da elaboração de diretrizes, avaliação e monitoramento do Projeto.

Acreditando que adolescente aprende mais com adolescente, o Ministério da Saúde e o Ministério da Educação, por meio do GTF, convocam adolescentes e jovens a intensificar o diálogo entre seus pares. Partem, também, da convicção de que os setores Saúde e Educação estão relacionados a vários temas que precisam ser contextualizados e discutidos, tais como: sexualidade, prevenção das DST/HIV/aids, cidadania, participação, direitos, relações de gênero, diversidade sexual, raça e etnia.

O trabalho com esses temas exige uma abordagem pedagógica que inclui informação, reflexão, emoção, sentimento e afetividade. Por isso, este conjunto de fascículos oferece uma variedade de conteúdos e trabalha com conceitos científicos, poesias, música, textos jornalísticos, dados históricos e de pesquisa, entre outros.

Cada um deles contém: texto básico; materiais de apoio, com informações variadas e/ou curiosidades sobre o que se discutirá em cada oficina; letras de músicas, poesia e sugestões de filmes que mostram como o tema tem sido tratado em diversas manifestações culturais e em diferentes lugares, no Brasil e no mundo.

A partir de agora, o debate está cada vez mais aberto.

Ministério da Saúde
Ministério da Educação



Sumário

Apresentação	9
Para início de conversa	11
Oficinas	
Oficina 1 - Um conceito chamado gênero	15
Oficina 2 - Família hoje	21
Oficina 3 - Gênero na mídia	27
Oficina 4 - Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva	33
Oficina 5 - Uma história de desamor	38
Oficina 6 - Gênero e cidadania	45
Para saber mais	52
Sessão de cinema	53
Perguntas e respostas	54
Referências	58



Apresentação

Este fascículo traz uma série de oficinas e textos sobre discussões de gêneros, a partir de um enfoque para a promoção da saúde e igualdade.

O conceito de gênero diz respeito ao conjunto das representações sociais e culturais elaboradas com vistas à diferença biológica dos sexos. Enquanto o sexo diz respeito ao atributo anatômico, no conceito de gênero toma-se o desenvolvimento das noções de “masculino” e “feminino” como construções sociais. O uso desse conceito permite abandonar a explicação da natureza como a responsável pelas diferenças que existem entre os comportamentos e lugares ocupados por homens e mulheres na sociedade. Essa diferença, historicamente, tem privilegiado os homens, uma vez que a sociedade não tem oferecido as mesmas oportunidades de inserção e exercício de cidadania a homens e mulheres. Mesmo com a grande transformação dos costumes e valores que vem ocorrendo nas últimas décadas, ainda perduram muitas discriminações, algumas vezes ocultas, relacionadas às desigualdades de gênero.

Atualmente, demanda-se a inclusão das categorias gênero, assim como a de etnia, na análise dos fenômenos sociais, com o fim de retirar a invisibilidade das diferenças que existem entre os seres humanos e que, às vezes, ocultam discriminações.

Neste fascículo, a metodologia sugerida é a de linha participativa, partindo-se do princípio de que os(as) adolescentes e jovens participantes das ações são sujeitos ativos e devem ser envolvidos(as) na discussão, na identificação e na busca por soluções, tanto individuais quanto coletivas.

Tanto os textos quanto as atividades práticas baseiam-se nas recomendações dos Parâmetros Curriculares Nacionais/Orientação Sexual (MEC), nos estudos e experiências do movimento de mulheres e, também, sobre masculinidades realizados por várias organizações. Levam em consideração, principalmente, as necessidades dos(as) adolescentes e jovens apontadas pelos(as) jovens ativistas que participaram de sua elaboração.

Cada oficina descreve, minuciosamente, o passo a passo da proposta, visando a facilitar a sua aplicação pelo(a) educador(a) entre pares e seguindo o roteiro abaixo:

Objetivo: o que se pretende obter com a aplicação da oficina.

Material: o que é necessário ter em mãos para a realização da oficina.

Na maioria dos casos, os materiais propostos são muito simples, baratos e acessíveis.

Questões a serem respondidas: perguntas-chave a serem feitas no final da oficina, para discussão, reflexão e aprofundamento de situações mais polêmicas ou complexas.

Tempo: aproximadamente quantas horas serão necessárias para desenvolver toda a oficina. No entanto, esse tempo pode variar de acordo com o tamanho do grupo, com

a idade dos(as) participantes e/ou o conhecimento que elas e eles já têm sobre o assunto.

Integração: um "quebra-gelo" inicial para descontrair o grupo e mostrar o caráter lúdico da proposta.

Atividade: descrição detalhada de cada ação necessária para que a oficina aconteça da forma mais fácil e completa possível.

Conclusão: as ideias principais que devem ser passadas para os(as) participantes.

Finalização: uma avaliação bem simples sobre a atividade realizada e um relaxamento final.

Alguns destaques, informações legais, curiosidades ou depoimentos foram agregados a algumas oficinas.

No final deste fascículo, na seção "Para saber mais", estão dicas de filmes que tratam dos temas trabalhados e uma sessão de perguntas e respostas para aprofundar os conhecimentos sobre o assunto.

Para início de conversa¹

Cada sociedade atribui às pessoas funções e identidades diferentes, de acordo com o entendimento que têm do que é ser homem ou ser mulher. Assim, o termo gênero é usado para definir as atitudes e comportamentos que são esperados de cada um dos sexos. Durante muito tempo, o gênero feminino foi caracterizado como "sexo frágil", sendo as mulheres encarregadas do cuidado com os(as) filhos(as), o marido, a família e a casa. Ultimamente, graças às lutas das mulheres por igualdade, o entendimento do gênero feminino mudou, e elas passaram a ocupar funções antes tipicamente associadas ao gênero masculino, como trabalhar fora de casa ou assumir cargos políticos. Nesse sentido, dizer que não é permitido qualquer tipo de discriminação com base no gênero significa dizer que todas e todos merecem igual respeito da lei, dos governantes e das pessoas em geral, independentemente de seu sexo biológico, da identidade que assumam ou do papel social que exerçam².



¹ Fonte: (Texto baseado em: ECOS, 2001, 2006; INSTITUTO PAPAÍ, 2007)

Contou também com a colaboração de Sandra Unbehaum.

² Fonte: (MATTAR, 2008)

Para se chegar a esse conceito, há todo um processo histórico, como mostra o quadro abaixo:

Histórico do conceito

O conceito de gênero surgiu na década de 1970, na Europa e nos Estados Unidos, e ganhou força no Brasil, a partir dos anos 80.

Década de 70 - os estudos sobre a mulher no Brasil pretendiam preencher lacunas do conhecimento sobre a situação das mulheres nas diversas esferas da vida social e ressaltar a posição de exploração/subordinação/opressão a que estavam submetidas.

Década de 80 - o conceito ganha mais força ao enfatizar os aspectos relacionais e culturais da construção social do feminino e masculino. É a partir daí que os homens passaram a ser incluídos como sujeitos e, também, a serem considerados nos estudos.

Década de 90 – após a Conferência Internacional de População e Desenvolvimento (Cairo, 94) aumenta o foco nos estudos e intervenções, por parte de organizações não governamentais e dos setores governamentais na formulação de políticas públicas.

A construção dos gêneros – feminino e masculino – é quase sempre carregada de estereótipos (rótulos) que colocam homens e mulheres dentro de “caixas”, ditando o que é adequado e o que é inadequado para cada um(a), limitando, assim, a capacidade de aprendizado e crescimento. A origem de muitos comportamentos dos homens e das mulheres é encontrada na maneira como eles(as) foram socializados e educados. E, mudar a forma como crianças, adolescentes e jovens são educados(as), não é tarefa fácil. Mas também não é impossível.

Por que é importante considerar o gênero nas relações sociais?

Do ponto de vista feminino, porque, na maioria das sociedades, é visível a desigualdade entre homens e mulheres, nos diferentes espaços sociais. Veja alguns exemplos:

- ▶ **Na família** – Ainda hoje é comum definir o homem como o “chefe da família”, responsável pelo sustento do grupo familiar, e a mulher como a principal responsável pela educação das crianças, pelo cuidado da casa. As mulheres trabalham fora, em diferentes profissões, mas ainda é socialmente esperado que elas também

administrem os afazeres domésticos e o cuidado com a família. Apesar de significativas mudanças culturais, a socialização de meninos e de meninas é marcada pela diferenciação, desde a escolha de brinquedos e brincadeiras até a cor da roupa. É raro, por exemplo, estimular os meninos a brincarem de casinha, com panelinhas e bonecas. Isso é, a socialização de meninos e meninas tende a definir qual o comportamento esperado para eles na vida adulta.

- ▶ **No mercado de trabalho** – Há algumas décadas, mulheres vêm atuando em profissões que antes eram exclusivamente exercidas pelos homens, tais como conduzir trens, trabalhar na construção civil, fazer cirurgias, seguir carreira militar etc. Mesmo assim são em uma mesma profissão são as mulheres ainda ganham salários menores. Elas estão mais presentes em profissões que envolvem cuidado com o outro e em prestação de serviços. São maioria como professoras, enfermeiras, empregadas domésticas etc. Essas profissões são pouco valorizadas pela nossa sociedade.
- ▶ **Na política** – Se compararmos ao número de homens, são poucas as mulheres prefeitas, governadoras, vereadoras, deputadas federais, estaduais ou senadoras. Só agora, temos uma mulher presidente do nosso país. Na maioria dos casos, são os homens que elaboram as leis, definem os orçamentos públicos, programas e projetos que irão influenciar a vida de homens e de mulheres. São poucas as mulheres que ocupam cargos relevantes em sindicatos e associações de trabalhadores(as) ou órgãos de classe ou profissionais, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), entre outros.

Do ponto de vista masculino, porque muitas culturas (inclusive a nossa) promovem a ideia de que ser um “homem de verdade” significa ser provedor e protetor, os adolescentes e jovens são estimulados a serem agressivos, competitivos e a acreditar que as mulheres devem ser submissas ao poder deles e responsabilizadas pelo cuidado com a casa e pelos(as) filhos(as). Nesse processo de socialização dos homens, os meninos geralmente são criados para aderir a rígidos códigos de honra, que os obrigam a competir e a usar violência entre si para provarem que são “homens com H”. *Meninos que mostram interesse em cuidar de crianças, que executam tarefas domésticas, que demonstram suas emoções e que ainda não tiveram relações sexuais são muitas vezes ridicularizados por suas famílias e colegas, são também associados a termos como “viadinho”, “boiola”, “frouxo” etc.*^{3,4}. Nota-se que, muitas vezes, quando se ridiculariza os meninos e os homens usam-se termos femininos, como mulherzinha, ou, ainda, quando xingados, faz-se referência à moral da mãe deles. Essas atitudes demonstram claramente a desvalorização de um gênero (o feminino) em relação ao outro (o masculino).

Como explicar essas desigualdades?

Por muito tempo, acreditava-se que essas desigualdades eram fruto das diferenças biológicas. Muitas pessoas ainda pensam assim.

³ Fonte: (MEDRADO, 2007)

⁴ Fonte: (LYRA; MEDRADO; LOPES, 2008)

As desigualdades acontecem porque atribuímos valores diferentes para os comportamentos e as atitudes de homens e de mulheres. As desigualdades de gênero representam uma das maneiras de atribuímos valor ao masculino e ao feminino. De modo geral, o masculino é mais valorizado em quase todas as sociedades. Um exemplo bem conhecido: um adolescente ou jovem heterossexual pode vivenciar sua sexualidade, ter vários relacionamentos sem que isso interfira na imagem que o grupo social terá dele.

Ao contrário, a adolescente ou a jovem que tiver vários relacionamentos será julgada e chamada de "galinha". Meninos e meninas homossexuais e bissexuais, por sua vez, serão vistos como pessoas ameaçadoras, pois colocam em xeque as crenças e os valores de que só a heterossexualidade é "normal".

Isso acontece porque ao longo da história se "construiu" a ideia de que homens são naturalmente viris, não devem levar desaforo para casa, devem ser fortes, não podem chorar e, como machos heterossexuais, o desejo sexual faz parte da "natureza" e, a partir dessa concepção, espera-se que todos os homens se comportem do mesmo modo.

As mulheres, por sua vez, seriam mais dóceis, frágeis, devendo preservar-se para a maternidade, que é considerada sua principal e mais importante função social. É esperado que toda mulher queira ser mãe e que goste da maternidade, como algo próprio da natureza de fêmea.

Ou seja, a partir do sexo biológico, a sociedade foi determinando como homens e mulheres deveriam ser e agir. Cada grupo social foi construindo ao longo da história um modo de pensar e agir sobre os comportamentos, direitos e responsabilidades de mulheres e homens. Mas, comportamentos e atitudes nada têm a ver com nosso sexo biológico e sim com as regras e costumes que foram estabelecidas pelas pessoas e, por isso mesmo, podem ser desconstruídos, modificados. Apesar disso, o modelo de masculinidade e de feminilidade que prevaleceu é o heterossexual, o homem viril e provedor, a mulher submissa e reprodutora. A realidade social, no entanto, é muito mais diversa. E não existe apenas uma masculinidade ou uma feminilidade. Homens e mulheres podem apresentar comportamentos e atitudes muito diferentes de um grupo social para outro.

Ninguém discorda que homens e mulheres possuem diferenças. O que não podemos é contribuir para que essas diferenças sejam transformadas em desigualdades. Assim, o conceito de gênero nos ajuda a mostrar a diversidade das relações sociais e a analisar criticamente e compreender como as desigualdades se estabelecem e como podemos superá-las. Ter consciência de nossa condição de gênero é um passo importante para defender relações igualitárias e construir novas possibilidades na vida social, afetiva e sexual.

Vale reforçar que o nosso comportamento sexual é fortemente influenciado pelo modelo heterossexual dominante. Gênero e sexualidade estão intimamente relacionados; ambos são construções históricas e socioculturais. Do mesmo modo que o gênero, a sexualidade é construída a partir de concepções, valores e regras que determinam como cada grupo social define aquilo que é certo, errado, apropriado ou inapropriado

Oficina 1 :

Um conceito chamado gênero⁵



Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Conceituar gênero, sexo e identidade de gênero</p> <p>Reconhecer que existem diversas feminilidades e masculinidades.</p> <p>Refletir sobre os aspectos da socialização feminina e masculina que transformam as diferenças entre homens e mulheres em desigualdades.</p>	<p>Folhas grandes de papel</p> <p>3 cartões (20X10 cm)</p> <p>Um escrito HOMEM, outro MULHER e o terceiro SEXO</p> <p>Fita crepe ou adesiva</p> <p>Canetas de ponta grossa</p> <p>Tiras de papel</p> <p>Desenho de uma árvore bem grande</p> <p>Texto: <i>Identidade de Gênero para todos(as)</i></p> <p>Folha de cartolina com um termômetro desenhado do lado esquerdo e dividida horizontalmente em três partes (frio, morno, quente)</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ O que é ser mulher? ▶ O que é ser homem? ▶ Como as crianças aprendem qual deve ser o comportamento de uma mulher ou de um homem? ▶ Em quais lugares e espaços sociais estão as mulheres? E os homens? ▶ Em que situações uma adolescente ou jovem se sente discriminada pelo fato de ser mulher? ▶ Em que situações um adolescente ou jovem se sente discriminado pelo fato de ser homem?

Tempo: 1 hora

⁵ Fonte: (WEGS; TURNER; RANDALL-DAVID, 2003)



Integração

- ▶ Cole três folhas grandes de papel na parede, formando três colunas.
- ▶ Coloque a palavra MULHER na primeira coluna e cole a palavra HOMEM na terceira coluna.
- ▶ Inicialmente, peça aos(as) participantes para falarem o que lhes vêm à cabeça, quando escutam a palavra "mulher". Escreva as palavras na primeira coluna, à medida que forem falando. Repita a mesma atividade para a coluna "homem".
- ▶ Quando esgotarem as características, leia cada uma das duas colunas.
- ▶ Troque os títulos de cada coluna, substituindo a palavra "mulher" pela palavra "homem", na primeira coluna, e vice-versa em relação à terceira coluna. Pergunte aos/as participantes se as características listadas para as mulheres também poderiam ser atribuídas aos homens e vice-versa.
- ▶ Na coluna do meio, coloque aquelas que não podem ser atribuídas aos dois sexos, ou seja, as ligadas à biologia. Coloque o cartão com o título SEXO nessa segunda coluna.
- ▶ Apresente aos(as) participantes os conceitos de gênero e identidade de gênero, explicando que:

Gênero é como nós somos socializados, ou seja, é formado pelas atitudes, comportamentos e expectativas que a sociedade associa ao que é ser homem ou ser mulher. Elas podem ser aprendidas com os amigos(as), a família, nas instituições culturais, educacionais e religiosas ou ainda nos locais de trabalho.

Identidade de gênero refere-se à experiência interna e individual do gênero de cada pessoa, que pode ou não corresponder ao sexo biológico. A identidade de gênero inclui a consciência pessoal do corpo, no qual podem ser realizadas, por livre escolha, modificações estéticas ou anatômicas por meios médicos, cirúrgicos ou outros. Lembremos, em especial, das pessoas transexuais masculinas e femininas e das travestis. Todos(as) nós temos nossa identidade de gênero, pois trata-se da forma que nos vemos e queremos ser vistos, reconhecidos e respeitados, como homens ou como mulheres.

Atividade

- ▶ Divida os(as) participantes em quatro grupos e peça que façam uma lista com todas as informações que são passadas para as crianças na infância sobre ser menino ou menina. Por exemplo: “menino não chora” e “menina tem que sentar de perna fechada”. Distribua tiras de papel e peça que escrevam cada informação em uma tira.
- ▶ Coloque o desenho da árvore na parede.
- ▶ Quando terminarem, cada grupo deve fixar suas tiras na raiz da árvore. Os relacionados aos meninos do lado esquerdo e às meninas do lado direito (ou vice-versa).
- ▶ Depois, peça que reflitam sobre quem costuma dar essas informações para as crianças (família, escola, sociedade, religião e mídia). Peça que, novamente, escrevam as conclusões nas tiras, mas que, agora, as coleem no tronco da árvore. Na sequência, proponha uma reflexão conjunta sobre como as pessoas adultas – homens e mulheres – se comportam sendo criadas sob essas orientações.
- ▶ Os resultados dessa reflexão deverão ser escritos nas tiras e colados como frutos. Quando terminarem, leia, de cima para baixo, as respostas que foram dadas e pergunte às/aos participantes a que conclusões se pode chegar olhando para a árvore.
- ▶ A partir das conclusões, construa o conceito de gênero, em conjunto com as participantes, e aprofunde discutindo o porquê da existência das desigualdades de gênero, onde elas se manifestam, as formas como se expressam e os mecanismos que as reproduzem, a partir das questões a serem respondidas (ver quadro).
- ▶ Distribua o texto Identidade de Gênero (abaixo) e proponha uma leitura coletiva.

Conclusões

- ▶ Gênero se refere ao conjunto de relações, atributos, papéis, crenças e atitudes que definem o que significa ser mulher ou homem na vida social.
- ▶ Na maioria das sociedades, as relações de gênero são desiguais e desequilibradas, no que se refere ao poder atribuído a mulheres e homens.
- ▶ As desigualdades de gênero se refletem nas leis, políticas e práticas sociais, assim como nas identidades, atitudes e comportamentos das pessoas.
- ▶ As relações de gênero, quando desiguais, tendem a aprofundar outras desigualdades sociais e econômicas e contribuem para a manutenção de contextos, atitudes e comportamentos violadores dos direitos humanos, tais como a discriminação em função da classe socioeconômica, nível de escolaridade, raça e etnia, idade, orientação sexual, condições de saúde ou deficiência, dentre outras.
- ▶ Os atributos e papéis relacionados ao gênero não são determinados pelo sexo biológico. Eles são construídos historicamente e socialmente e podem ser transformados.

Finalização da oficina

- ▶ Coloque a folha de cartolina com um termômetro desenhado do lado esquerdo e dividida, horizontalmente, em três partes (frio, morno, quente).
- ▶ Distribua as canetas coloridas entre todos(as) os(as) participantes e solicite que marquem o que acharam dessa atividade: se foi fria, morna ou quente. Quando terminarem, explore com eles(elas) os pontos positivos e negativos da atividade.

Identidade de gênero: muitos modos de ser menino e menina

Todos(as) nós, por sermos física e psiquicamente diversos, também expressamos em nossas relações afetivas e sexuais essa diversidade e pluralidade. Ou seja, há muitas maneiras de ser homem e mulher, menino e menina.

Há meninos meigos, sensíveis e atenciosos; há meninas agressivas; meninas que têm interesses por máquinas e cálculos; há meninos brutos; há meninas sensíveis, doces; há meninos que choram e meninas que evitam se expor; há meninos que gostam de cozinha e meninas que detestam. No entanto, somos permanentemente socializados(as) para associar determinados gestos ou opções ao universo exclusivamente masculino, ou feminino, como se não houvesse uma variedade infinita de opções e formas de ser e de estar no mundo.

Os modos socialmente construídos de “ser homem” e “ser mulher” afetam não somente as relações entre homens e mulheres, mas também as relações vividas com pessoas do mesmo sexo: os meninos tidos como frágeis podem sofrer discriminação dos(as) seus colegas. E as meninas que gostam de jogar futebol podem ser malvistas pelas outras meninas, pelos meninos e também pelos(as) adultos(as).

Ao nascer menino ou menina, a pessoa, ao longo da vida forma sua identidade de gênero, que pode sofrer mudanças conforme seus sentimentos, sua

percepção sobre si, suas relações com o mundo. Ou seja, nossa identidade é formada pela nossa interioridade (vida psíquica) e exterioridade (interação com o meio social). E dessa relação construímos uma maneira única de ser, que se manifesta em nossos gestos, na maneira como nos vestimos, em nossos adereços, palavras e atitudes. A identidade de gênero é a maneira como alguém se sente e se expressa como homem ou mulher para si e para as pessoas a sua volta, e como deseja ser reconhecido(a) pela sociedade. Em alguns casos, a pessoa se apresenta como homem e mulher, sem que isso corresponda ao seu sexo biológico, como é o caso das travestis. Os(as) **transexuais**, por sua vez, são pessoas que, tendo nascido do sexo masculino ou feminino, identificam-se como sendo do gênero oposto. Essa identificação conduz, em geral, mas não de forma exclusiva, à modificação hormonal e/ou cirúrgica do corpo e, em particular, dos órgãos genitais.

Devemos lembrar que existe uma infinita variação de comportamentos, de atitudes, de possibilidades de atração afetiva e sexual. A isso chamamos de "diversidade sexual". Porém, homens e mulheres que fogem do padrão são geralmente vistos como "ameaças", "aberrações" e sofrem em função dos estigmas e preconceitos e, muitas vezes, são vítimas de discriminação. Gays e lésbicas, travestis e transexuais ainda não são facilmente respeitados ou valorizados por nossa sociedade. Devemos estar atentos(as) e enfrentar o preconceito e a intolerância contra as pessoas que têm expressões afetivas e sexuais por outras do mesmo sexo. Devemos assegurar os direitos humanos e a dignidade de todas as pessoas.

VOCE SABIA?

Em 1994, no Cairo (Egito), realizou-se a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento. Um de seus princípios diz o seguinte: *Os direitos humanos das mulheres e das meninas são parte inalienável, integral e indivisível dos direitos humanos universais. A participação plena e igual das mulheres na vida civil, cultural, econômica, política e social, nos âmbitos nacional, regional e internacional, e a erradicação de todas as formas de discriminação com base no gênero são objetivos prioritários da comunidade internacional.*

Representantes do governo brasileiro estavam lá e se comprometeram a investir em políticas e promover ações, no sentido de acabar com a discriminação entre os gêneros.



DICA

No fascículo **Diversidades Sexuais** há mais um monte de informações sobre sexo, identidade sexual e de gênero, orientação sexual. Lá você vai perceber que essa história de que só os(as) heterossexuais "são do bem" não tem nada a ver.

Oficina 2:

Família hoje

Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Conhecer os diferentes tipos de família existentes.</p> <p>Refletir sobre a divisão das tarefas masculinas e femininas com base nos papéis atribuídos aos sexos.</p>	<p>Folhas de papel sulfite ou ofício</p> <p>Lápis, canetas coloridas</p> <p>Fita crepe.</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Como adolescentes e jovens contribuem para a manutenção da casa e da família?▶ O que define a divisão de trabalho dentro de uma casa? O fato de ter nascido homem ou mulher? Ou a cultura é que estabelece quem faz o quê?▶ Como seria possível dividir melhor as tarefas e as decisões dentro da família?

Tempo: 2 horas

- ▶ Quando esgotar as tarefas, volte para a lista e questione cada um dos itens, perguntando se aquele trabalho só pode mesmo ser feito por um dos sexos e o porquê.
- ▶ Inicie o debate, a partir das questões a serem respondidas.

Conclusões

- ▶ A família costuma ser definida como o primeiro grupo ao qual uma pessoa pertence e cumpre um papel determinante na sua socialização e no desenvolvimento da sua personalidade.
- ▶ É na família, também, que ocorrem as primeiras experiências afetivas, fundamentais para o desenvolvimento emocional de uma criança e, futuramente, pela forma como essa pessoa se relacionará com o mundo.
- ▶ Com base na capacidade da mulher de procriar, a sociedade tem-lhe atribuído outras funções, como as de cuidar, alimentar, educar etc., associando a essas atividades algumas características tidas como essencialmente "femininas", tais como uma natureza delicada, sonhadora, subjetiva, intuitiva, de muita afetividade etc.
- ▶ Nos últimos anos, podemos perceber mudanças na forma como a família vem-se organizando. A cada dia, reconhecemos novos arranjos familiares: crianças e adolescentes que vivem com pais e mães casados com outras pessoas, com pais/mães adotivos(as), com pais/mães gays/lésbicas, com avós, somente com a mãe ou com o pai, por exemplo.
- ▶ A constituição familiar, sua estrutura e suas regras de funcionamento variam, dependendo do grupo cultural e do período histórico em que a família está inserida.
- ▶ Estereótipo é uma generalização abusiva que distorce a realidade. Um exemplo de estereótipo é representar as mulheres sempre fazendo as tarefas domésticas e os homens sempre como chefes de família, incapazes de afeto ou sentimentos ou de cuidar dos(as) filhos(as).
- ▶ Outro estereótipo é achar que um arranjo familiar diferente do pai + mãe + filhos significa que a família é desestruturada e que, portanto, os(as) filhos(as) darão problemas nas escolas, as meninas engravidarão na adolescência ou que os meninos serão usuários de drogas.
- ▶ O estereótipo limita a atuação e a vida das pessoas, reduzindo ou negando sua autonomia e capacidade de mudança em determinadas questões. Além disso, limita as possibilidades da sociedade aproveitar as capacidades de todas as pessoas.

Finalização da oficina

- ▶ Peça aos(às) participantes que caminhem pela sala. Enquanto passeiam, avise que acabaram de chegar alguns extraterrestres (E.T.) na Terra e que eles querem participar da atividade. Eles têm muitas dúvidas sobre como são as relações entre adolescentes e jovens e suas famílias neste planeta.
- ▶ Escolha cinco participantes para serem os “jornalistas entrevistados” e cole em suas roupas um cartão escrito “Imprensa”.
- ▶ Peça que os demais “incorporem” o papel de E.T. e que se dividam em cinco grupos.
- ▶ Cada “jornalista” deverá ficar com um grupo e registrar, em uma folha de cartolina, as perguntas que os E.T.s fizerem sobre os terráqueos e as terráqueas e procurará respondê-las. Pergunte aos E.T. se eles estão satisfeitos com as respostas e peça que cada jornalista apresente as perguntas que foram feitas e as respostas que foram dadas.

As mudanças na família

Em primeiro lugar, a família é uma criação humana, social e histórica e que vem-se transformando ao longo do tempo. É uma instituição que decorre da organização da sociedade e que pode ter diferentes configurações: pai, mãe e filhos; mãe, avós e filhos; pai, filhos e sobrinhos e por aí vai.

No entanto, ainda tem gente que acredita que uma família ideal e bem-estruturada somente é aquela formada pela figura paterna, a materna e os filhos, de preferência um menino e uma menina.

Nesse modelo de família, cabe ao homem o papel de provedor, ocupando funções no mercado de trabalho assalariado. A mulher, por sua vez, seria responsável pelo trabalho doméstico e tudo que ele implica, sem remuneração e sem ser considerado trabalho, mas uma obrigação adequada e pertinente a uma suposta “natureza feminina”.

Mas, basta olhar em volta para ver quão esse modelo “ideal” de família convive com uma diversidade muito grande de arranjos familiares: mulheres-mães trabalhadoras; parentes com vínculos biológicos e agregados com vínculos afetivos; casais sem filhas(os); irmãos sem pais; chefia familiar feminina; casais do mesmo sexo etc.

O ingresso maciço da mulher no mercado de trabalho; a maior igualdade entre os sexos; a redução do tamanho das famílias; o aumento do número de divórcios e o aumento do número de famílias constituídas por casais do mesmo sexo são alguns dos fatores que contribuíram para essas mudanças na estrutura familiar. Assim, não importa como uma família está organizada, mas sim que ela seja um lugar de afetividade, respeito e de solidariedade.

Depoimento

Quando meu pai soube que minha mãe tinha dado à luz uma filha e não um filho, o relacionamento dos dois piorou muito. Desde pequenininha escutei várias vezes meu pai falar: "O que adianta ter uma filha se ela não poderá dar continuidade à família?" "Se ela nem vai poder manter meu sobrenome?" Quando eu dizia que queria ser professora e trabalhar com crianças, novamente ele me depreciava, dizendo que o mundo era das máquinas e que eu não teria capacidade nem mesmo para dar continuidade aos negócios dele. Ele nunca aceitou o fato de ter uma filha e não um filho.

Wilma, 21 anos.

Está no ECA!

- ▶ O capítulo III do Estatuto da Criança e do Adolescente - Do Direito à Convivência Familiar e Comunitária – traz entre seus artigos o seguinte:

Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.

Art. 20. Os filhos, havidos ou não da relação do casamento, ou por adoção, terão os mesmos direitos e qualificações, proibidas quaisquer designações discriminatórias relativas à filiação.



Oficina 3:

Gênero na mídia

Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Analisar o sexismo e o racismo existentes em jornais e revistas.</p>	<p>Jornais e revistas com matérias e imagens de homens e mulheres de diferentes idades e raças/etnias.</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Vocês acham que homens e mulheres são tratados da mesma maneira pela imprensa?▶ E nos programas de televisão? - Que impactos vocês acham que esses tratamentos podem ter na vida das pessoas?▶ Vocês percebem isso em seu dia a dia? Onde?▶ Quem não aparece?

Tempo: 2 horas

Integração

- ▶ Peça aos(as) participantes que, individualmente, escolham um(a) personagem que gostaram muito em um filme, teatro ou novela.
- ▶ Em seguida, solicite que, em duplas, expliquem um ao outro por que escolheram aquele(a) determinado personagem, por exemplo, qual a ação ou a atitude dele(a) que provocou os sentimentos de admiração.
- ▶ Após aproximadamente 10 minutos, cada participante apresentará ao grupo o(a) personagem escolhido(a) pelo(a) companheiro(a).
- ▶ Escreva o nome dos(as) personagens no quadro, conte quantos são do sexo feminino e quantos do masculino e abra para o debate, a partir das seguintes questões:
 1. O que faz com que gostemos mais de determinados personagens do que de outros?
 2. Nos dias de hoje, quais são as características masculinas mais valorizadas? E as mais desvalorizadas? Essas características são "naturais" ou aprendidas?
 3. Nos dias de hoje, quais são as características femininas mais valorizadas? E as mais desvalorizadas? Essas características são "naturais" ou aprendidas?

Atividade

- ▶ Solicite que, inicialmente, formem grupos de 4 ou 5 pessoas.
- ▶ Distribua os jornais e as revistas, selecionadas previamente para cada um dos subgrupos.
- ▶ Peça que, inicialmente, folheiem o material recebido e que marquem o número de vezes que essas pessoas aparecem utilizando o quadro ao lado:



População	Número de vezes que aparecem na publicação	Como são retratados(as)
Homens brancos		
Mulheres brancas		
Homens negros		
Mulheres negras		
Adolescentes e jovens do sexo masculino		
Adolescentes e jovens do sexo feminino		
Adolescentes e jovens do sexo masculino e negros		
Adolescentes e jovens do sexo feminino e negras		

- ▶ Informe que terão 40 minutos para analisar as publicações recebidas e que, depois, cada grupo irá apresentar seus números e a análise que fizeram a partir deles para os(as) outros (as) participantes.
- ▶ Depois das apresentações, aprofunde a discussão por meio das questões a serem respondidas. Encerre afirmando que, embora no Brasil a Constituição diga que todas as pessoas são iguais e possuem os mesmos direitos, independentemente do sexo, da idade e da raça ou etnia, na prática não é bem isso que acontece.

Conclusões

- ▶ **Sexismo** corresponde à discriminação ou ao tratamento indigno a um determinado gênero ou ainda a determinada identidade sexual.

- ▶ **Racismo** é uma ideologia que justifica a organização desigual da sociedade ao afirmar que grupos raciais ou étnicos são inferiores ou superiores, em vez de considerá-los simplesmente diferentes. Ele opera pela atribuição de sentidos pejorativos a características peculiares de determinados padrões da diversidade humana e significados sociais negativos aos grupos que os detêm. As imagens que vemos diariamente na televisão, nas revistas e nos jornais estão carregadas de mensagens que, mesmo sutilmente, retratam os homens e as mulheres desempenhando papéis culturalmente tradicionais: o homem como provedor ou chefe da família e a mulher cuidando da casa e dos(as) filhos(as).
- ▶ A mídia, impressa e audiovisual, tem um efeito importante na divulgação de informações, valores e comportamentos atribuídos a homens e mulheres.
- ▶ Adolescentes e jovens do sexo masculino são retratados, muitas vezes, como desencanados e irresponsáveis. Não é raro que as jovens negras sejam retratadas como “gostosas” e preocupadas somente com o cabelo.
- ▶ A própria língua brasileira torna as mulheres “invisíveis”, quando, por exemplo, em uma sala com 80% de meninas e 20% de meninos, refere-se a elas(as) como **os participantes**.
- ▶ Dizemos que uma linguagem é sexista, quando ela perpetua os estereótipos sexuais existentes em uma determinada sociedade. Por exemplo, quando um menino chora é chamado de “menininha” ou quando uma menina gosta de jogar futebol é chamada de “moleque”.
- ▶ A linguagem sexista é fruto de uma prática social sexista, pautada pela educação sexista recebida na família, na escola, nas instituições religiosas, no ambiente de trabalho e de lazer ou pelos meios de comunicação.
- ▶ A imagem negativa ou restritiva atribuída pelos meios de comunicação à população negra traz um misto de sexismo e racismo. As mulheres negras, por exemplo, são comumente retratadas como passistas de escola de samba, empregadas domésticas ou com outras características pouco valorizadas, inclusive por outras mulheres. Já os homens negros são comumente retratados como sambistas que, inclusive entre os músicos, nem sempre são respeitados ou valorizados. Geralmente detêm um nível mais baixo de escolaridade, fazem uso abusivo de álcool. Se esportistas, em sua maioria, não representam os esportes de elite, tais como golfe, natação, automobilismo. Também aos homens negros são atribuídas a lideranças negativas: são chefes de “gangues”, infringem as leis, são protagonistas de situações violentas etc.
- ▶ A forma como um povo se expressa, a linguagem do cotidiano no amplo sentido da palavra revela qual é sua visão do mundo, quais são os valores e sentimentos que norteiam a dinâmica de sua organização social e psicológica.

Finalização da oficina

- ▶ Peça que todos(as) se levantem, fiquem lado a lado em um único círculo e uma pessoa bem perto da outra.
- ▶ Peça que, quando você disser a palavra já, todos ao mesmo tempo devem abraçar a pessoa que está a sua direita.
- ▶ Encerre dizendo que a melhor forma de mudar situações de discriminação e preconceito é a união de todos(as) os(as) adolescentes e jovens.

Destaque

Em português, a linguagem e a gramática estão estruturadas de modo que a mulher ou está ausente ou é sujeito passivo. Por exemplo, os *pronomes indefinidos* (ninguém, alguém, outrem), pela sua forma, não podem ser considerados nem masculinos nem femininos, por não trazerem identificação do gênero gramatical.

A concordância nominal, quando necessária, é feita com o adjetivo em sua forma masculina: “Ninguém é tão *burro* a ponto de assistir àquele filme”. Ou ainda: na concordância com a ocorrência de gêneros gramaticais em texto, quando ocorre a presença dos dois gêneros gramaticais, o adjetivo anteposto ou posposto é, obrigatoriamente, regido pelo masculino plural: “Homens e mulheres foram *eleitos*”; “Foram *aprovados* o menino e a menina *estudiosos*”. Mas como mudar isso?

Uma das formas possíveis é procurando palavras que expressem os dois sexos sem que um deles fique oculto. Exemplificando: quando falamos o termo homem para definir seres humanos, podemos substituí-lo, por exemplo, por humanidade. Ou ainda, podemos fazer referência aos dois sexos: os alunos e as alunas da 8ª C; meus irmãos e minhas irmãs etc. Neste Guia, estamos fazendo esse exercício!

Depoimento*

Jovens feministas sim, com muito orgulho!

A Articulação Brasileira de Jovens Feministas é uma rede constituída por mulheres jovens que não pertencem a organizações e movimentos: negras, lésbicas, indígenas, quilombolas, rurais, da periferia, sindicalistas e de populações tradicionais e provenientes de diferentes regiões do Brasil.

Tem um caráter democrático, suprapartidário, anticapitalista, antirracista, antipatriarcal, antilesbofóbico, não sexista, não aduutoocêntrica, não confessional, não hierárquica e não governamental. Surge a partir da percepção de que as mulheres jovens possuem especificidades que devem ser visibilizadas nos movimentos feministas e de juventudes, como mostram os depoimentos abaixo:

Nós, mulheres jovens, temos o desafio duplo, que é estarmos presentes nos espaços de juventude, pautando a questões das mulheres e nos espaços de mulheres, pautando a juventude.

Monaliza - Coletivo de Jovens Feministas - CE e do Fórum Cearense de Mulheres.

Eu militei na Pastoral da Juventude em Manaus por 11 anos, onde comecei a conhecer outros movimentos, entre eles o Feminista e comecei a me identificar. A princípio eu queria "acabar" com os homens, mas porque ainda não tinha muita informação, depois conheci o que de fato é o feminismo... Daí me apaixonei.

Roseane Ribeiro do Forito, da Liga Brasileira de Lésbicas, São Paulo (SP). Fontes:

<http://jovensfeministasdesp.blogspot.com/> e
<http://www.revistaviracao.org.br/artigo.php?id=1583>

Oficina 4:

Gênero, sexualidade e saúde reprodutiva

Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Identificar as dificuldades que adolescentes e jovens enfrentam quando vão a um serviço de saúde.</p> <p>Refletir sobre como as adolescentes gostariam de ser acolhidos(as) e atendidos(as).</p>	<p>Cópia de um dos roteiros para cada grupo.</p> <p>Roupas e acessórios (cinto, colares, lenços, perucas etc.) para compor as cenas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> ▶ Como deveria ser a sala de espera de um serviço que atende adolescentes e jovens? ▶ Como precisaria ser o atendimento para um(a) adolescente ou jovem se sentir à vontade para falar de sua saúde sexual e reprodutiva? ▶ Vocês acham que, de alguma maneira, adolescentes e jovens facilitadores(as) deveriam estar nos serviços de saúde para acolher e conversar com os(a) que procuram os serviços? Como se poderia fazer isso?

Tempo: 2 horas

Integração

- ▶ Peça ao grupo que forme uma fila única e que cada um(a) segure nos ombros do(a) colega da frente.
- ▶ Explique que todos(as) devem ficar de olhos fechados e deixarem conduzir pelo(a) primeiro(a) da fila, que estará de olhos abertos.
- ▶ Troque algumas vezes o(a) "guia" da fila.
- ▶ Feche a atividade, perguntando quais são os fatores necessários para que eles(elas) confiem tanto nas pessoas quanto nos serviços que necessitam.

Atividade

- ▶ Divida o grupo em quatro subgrupos e informe que cada grupo vai receber um roteiro com uma situação trazida por adolescentes e jovens de ambos os sexos que procuram o serviço de saúde. Eles(as) deverão montar uma cena com a situação que receberam e o que aconteceu no serviço de saúde.
 - Grupo 1:** Uma jovem de 17 anos procura o serviço de saúde porque, ontem, quando foi transar com seu namorado a camisinha furou. Como não quer engravidar, gostaria de ter acesso à contracepção de emergência.
 - Grupo 2:** Um jovem de 18 anos chega ao serviço de saúde para tratar de uma DST, mas é impedido de entrar porque está de camiseta regata.
 - Grupo 3:** Uma jovem de 15 anos procura o serviço de saúde porque, durante o pré-natal, descobriu que estava infectada pelo HIV, o vírus da aids, e não sabe como contar isso para o companheiro.
 - Grupo 4:** Um adolescente de 12 anos vai ao serviço de saúde buscar camisinhas porque está transando com sua namorada de 11 anos.
- ▶ Ao final, cada grupo apresenta suas cenas de forma teatral ou narrativa, e discute-se como foi e como deveria ser o atendimento a adolescentes e jovens no serviço de saúde.
- ▶ Aprofunde o debate, a partir das questões a serem respondidas.
- ▶ Se for possível, distribua uma lista com os serviços de saúde disponíveis na região.

Conclusões

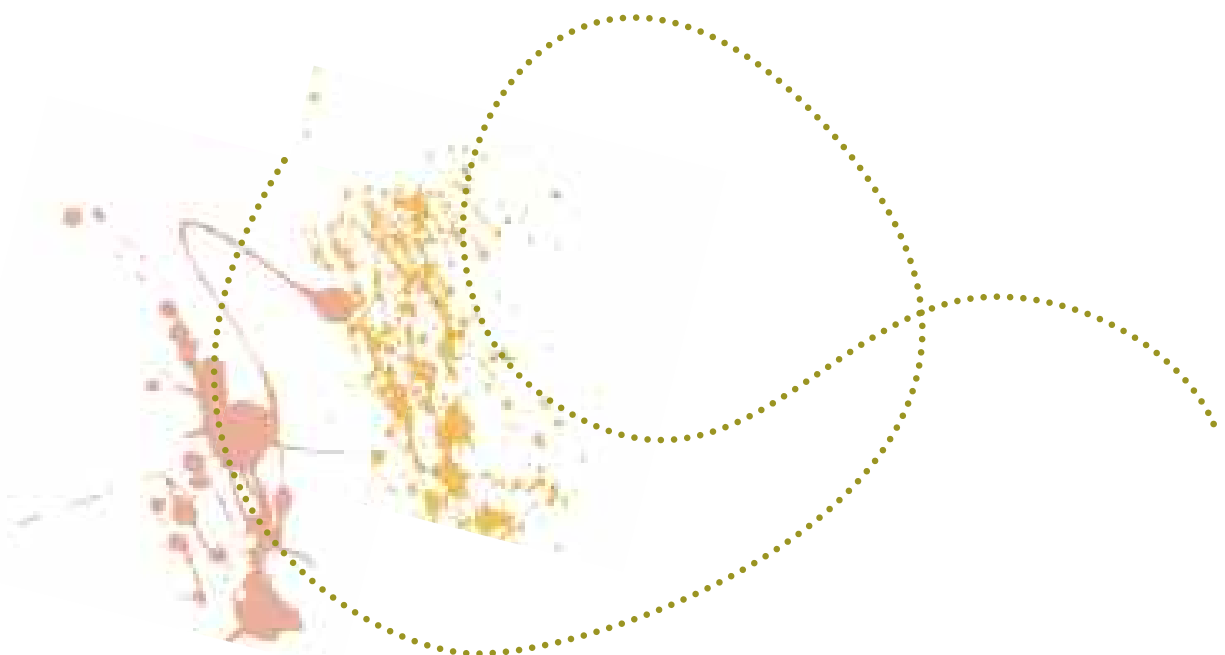
- ▶ Apesar de um grande número de adolescentes e jovens, inclusive alguns(as) que vivem com HIV/aids, buscar os serviços de saúde para obter informações e/ou soluções para problemas referentes ao aparelho sexual e reprodutivo, incluindo a contracepção, a sexualidade ainda é tratada como assunto proibido e vergonhoso, "um tabu". A atitude reforça a diferença de poder entre homens e mulheres: enquanto

é comum comentar-se (nem sempre de forma correta) a sexualidade masculina, há omissão dos serviços quando se trata da sexualidade feminina. Em última instância, isso reforça a ausência de direitos das mulheres à informação sobre a maneira de desfrutar a sexualidade de modo saudável e prazeroso, sem risco de violência, discriminação, coerção ou ainda de gravidez não planejada ou doenças sexualmente transmissíveis, levando-as a abdicar de seu bem-estar como pessoas integrais.

- ▶ O campo da sexualidade humana é repleto de tabus e preconceitos que, infelizmente, manifestam-se na postura de profissionais que atendem a adolescentes e jovens, especialmente mulheres. Isso provoca angústia e revela uma violação ao direito humano de pensar e agir livremente.
- ▶ No caso de adolescentes e jovens vivendo com HIV/aids e que se infectaram em uma relação sexual ou por uso de drogas injetáveis, o atendimento, muitas vezes, reflete preconceitos quanto ao início "precoce" de um relacionamento sexual ou ao uso de drogas.

Finalização da oficina

- ▶ Peça às pessoas que fiquem de pé, que caminhem pela sala e que, depois de algum tempo, formem um círculo.
- ▶ Peça que deem as mãos, que olhem umas para as outras e que, em seguida, no sentido horário, respondam às seguintes perguntas, usando apenas uma palavra como resposta, o que aprendeu de novo nessa atividade? Como se sentiu participando dessa atividade?
- ▶ Registre as respostas em duas colunas e, ao final, responda também qual foi o seu aprendizado e como se sentiu.





Destaque

A rede Sou de Atitude é uma articulação nacional formada por adolescentes e jovens de diversas regiões do país com o objetivo de monitorar as políticas públicas e influenciar o poder público para a garantia dos nossos direitos.

Criada em 2003, essa rede monitora os números encontrados em pesquisas, dando-lhes nomes, formas e concretude. As crianças, adolescentes e jovens não são retratadas apenas em percentual, mas na vida real, no acesso à escola, segurança, saúde, lazer, cultura etc.

A rede Sou de Atitude está presente em 15 estados brasileiros, com núcleos articuladores presentes em diversos municípios, o que lhe garante uma grande diversidade de territórios, culturas, costumes, realidades e perfis de participantes.

No Núcleo Nacional, que fica na ONG CIPÓ, em Salvador, funciona a secretaria executiva da rede, de onde partem os processos de formação, acompanhamento, comunicação e mobilização.

Todos os núcleos articuladores e seus membros atuam tendo como bandeira a participação política de crianças, adolescentes e jovens e a garantia dos seus direitos.

Fonte: www.soudeatitude.org.br/

Está no ECA!

Os princípios fixados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente são o da proteção integral, o da prioridade absoluta e o do melhor interesse da criança e do adolescente. Dessa forma, a presença ou anuência dos pais e responsáveis para o exercício de algum direito fundamental como a vida a liberdade, a saúde, a integridade física e moral, não é uma condição indispensável para o acesso a esses direitos, mas somente desejável, considerando as responsabilidades legais atribuídas à família.

No **Artigo 11**, é assegurado atendimento médico à criança e ao adolescente, por meio do Sistema Único de Saúde, garantindo o acesso universal e igualitário às ações e serviços para promoção, proteção e recuperação da saúde.

Assim, qualquer exigência ou restrição que possa impedir o exercício pleno de direitos fundamentais como a saúde constitui violação de direitos, passível de sanção.

Desse modo, a exigência da presença de um(a) responsável para realizar o atendimento do(a) adolescente pode ser caracterizado como lesão a esses direitos fundamentais.



Natalia Forcat

DICA

O documento **Marco Legal: Saúde um Direito de Adolescentes**, produzido pela Área Técnica de Saúde do Adolescente e do Jovem do Ministério da Saúde, lista os principais documentos internacionais e nacionais que dizem respeito aos direitos de adolescentes e jovens aos serviços de saúde. Navegue por lá que você vai saber direitinho o que fazer caso lhe seja negado(a) um atendimento de qualidade em qualquer serviço de saúde, seja ele público ou privado: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/marco_legal.pdf

Oficina 5:

Uma história de desamor



Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Identificar os diferentes tipos de violência e refletir sobre os tipos particulares de violência que acontecem, na maioria das vezes, nas famílias e nos relacionamentos íntimos.</p>	<p>Folhas grandes de papel Canetas ou lápis Canetas de ponta grossa Cópias das três partes da história para todos(as) Quadrados de papel de diversas cores de 10 cm x 10 cm. Cola Aparelho de som CD de música suave</p>	<ul style="list-style-type: none">▶ Existem violências que estão relacionadas ao gênero da pessoa? Qual o tipo de violência mais comum praticada contra as mulheres? E contra os homens?▶ Apenas os homens são violentos ou as mulheres também são? Qual o tipo de violência mais comum que as mulheres usam contra outras pessoas?▶ Quais são os tipos de violência mais comuns que ocorrem em um relacionamento íntimo?▶ Por que há momentos em que não queremos falar sobre a violência em nossas vidas?▶ Por que algumas pessoas, mesmo sofrendo violências em um relacionamento, não conseguem deixar o(a) parceiro(a)?▶ Essas razões são diferentes para uma mulher jovem e uma mulher adulta?▶ Como você poderia ajudar uma amiga que sofreu violência ou agressão?

Tempo: 2 horas

Integração

- ▶ Explique ao grupo que o objetivo dessa atividade é fazer uma discussão sobre os diferentes tipos de violência que existem.
- ▶ Divida os (as) participantes em 4 grupos. Cada um receberá uma folha de papel. Explique aos participantes que eles vão escrever uma definição de violência, refletindo sobre qual o significado dessa definição.
- ▶ Peça aos grupos, um a um, para apresentar as suas definições. Destaque as principais ideias e conceitos-chave de cada um dos grupos e coloque-os em um grande pedaço de papel ou no quadro.
- ▶ A partir das definições levantadas pelo grupo, explique que:

No *artigo 5º* da Lei Maria da Penha, a lei que trata sobre a violência contra a mulher, configura-se como violência doméstica e familiar *qualquer ação ou omissão baseada no gênero que lhe cause morte, lesão, sofrimento físico, sexual ou psicológico, e danos morais ou patrimoniais*⁶.

Inclui tanto violências em que se usa a força física quanto situações de humilhação, ameaça, insulto, pressão do(a) parceiro(a) e expressões de ciúme ou de posse, tais como o controle das decisões e das atividades. Pressionar ou forçar alguém a manter relações sexuais (desde beijo ao sexo) contra a sua vontade ou fazer comentários sexuais que façam a pessoa se sentir desconfortável ou humilhada, também são considerados casos de violência.

Atividade

- ▶ Peça que o grupo se divida em cinco ou seis subgrupos e que escolham uma das pessoas para relatar suas respostas.
- ▶ Informe que cada grupo receberá uma mesma história sobre violência, em três partes, e que cada parte deverá ser lida e respondida.
- ▶ Quando terminarem, essa parte será relatada por todas as equipes e uma segunda história será distribuída.
- ▶ Explique que será feito o mesmo procedimento de ler, responder e relatar a história.
- ▶ Enfatize que o(a) relator(a) terá, também, a função de garantir que todas as pessoas tenham oportunidade de se posicionar e que deverá anotar todas as respostas em uma folha de papel em branco.
- ▶ Após as apresentações dos grupos, aprofunde o debate, a partir das questões a serem respondidas.

⁶ Fonte: (MEDRADO; PEDROSA, 2006)

Conclusões

- ▶ São diversas as manifestações de violência sofridas pelas mulheres em todo o mundo pelo simples fato de serem mulheres.
- ▶ Muitas vezes, as atitudes e comportamentos violentos são considerados uma característica “natural” dos homens, mas isso não é verdade. Em nossa sociedade, a educação de homens e mulheres tende a reforçar valores tradicionais acerca do masculino e do feminino. Assim, é importantíssimo ressaltar que não apenas os homens, mas também as mulheres compartilham e reforçam esse modelo de dominação do homem sobre a mulher. Portanto, a extinção do machismo e o enfrentamento da violência contra as mulheres exigem uma transformação e um compromisso de todos e de todas.
- ▶ A violência sofrida pela mulher negra, sob muitos aspectos, é a mesma sofrida pela mulher branca, porém a essa violência se soma ainda a violência racial que as mulheres brancas não sofrem. As experiências de desigualdade e violação de direitos das mulheres negras são ainda somadas às desvantagens acumuladas por aquelas que, além de mulheres, são negras e jovens.
- ▶ A violência contra as mulheres – seja ela física, psicológica, sexual ou de outra ordem – constitui um grave risco à saúde e amplia as possibilidades de infecção por doenças sexualmente transmissíveis (DST) e pelo HIV/aids.
- ▶ A infecção pelo HIV, a mortalidade materna, a violência e o aborto inseguro constituem graves desafios à saúde integral das mulheres, devendo ser enfrentados com políticas de saúde eficazes: campanhas permanentes de prevenção e acesso aos preservativos masculino e feminino, a detecção precoce da infecção e a garantia do tratamento, ao lado de políticas de fortalecimento das mulheres diante das desigualdades vividas na sociedade.

Finalização da oficina

- ▶ Explique que farão uma atividade de interiorização e conscientização dos sentimentos naquele momento. Coloque a música e peça que fechem os olhos e concentrem-se, procurando perceber qual o sentimento que surge.
- ▶ Após cerca de um minuto, peça que escolham, em silêncio e individualmente, um quadrado colorido de papel cuja cor se relacione com o sentimento predominante.
- ▶ Em seguida, solicite que formem subgrupos de acordo com a cor escolhida, e cada pessoa explicará a relação que fez entre a cor e o seu sentimento.
- ▶ Coloque uma folha de papel grande na parede e solicite que colemb seus quadrados nela e escrevam, também, os sentimentos que surgiram.

Folha de apoio para participantes

Parte 1

Edméia tem 15 anos e mora em bairro bem distante do centro da cidade. Trabalha como ambulante junto com sua mãe. Namora o Edson há mais de um ano e eles têm um filho de 3 meses de idade que fica na creche. Na noite de domingo, eles brigaram porque Edson a acusava de estar de caso com um ambulante que vendia DVDs piratas. Edméia disse não aguentar mais tantas cenas de ciúmes e que seria melhor eles se separarem. Edson deu um soco na cara dela e foi embora.

Na opinião de vocês, a decisão de Edméia em querer terminar com o namoro foi acertada ou não? O que ela poderia fazer nessa situação? Para quem ela poderia pedir ajuda?

Parte 2

No dia seguinte, Edméia foi trabalhar e Edson apareceu por lá pedindo mil desculpas e levando uma rosa vermelha para ela. Ela se comoveu e topou voltar a namorar com ele. Edson jurou que nunca mais iria nem fazer cena nem encostar a mão nela. Prometeu, também, procurar um trabalho em que ganhasse mais para eles poderem alugar uma casinha e, finalmente, viverem juntos com o filho.

Dois dias depois, entretanto, Edson foi à casa de Edméia e já chegou gritando. Dizia que não tinha certeza de que o filho era dele mesmo e que não iria mais se casar com ela porque ela não passava de uma vagabunda. Edméia tentou conversar com ele, mas ele começou a espancá-la e a chutá-la.

Sua mãe e a vizinha correram para segurar Edson que foi embora dizendo que nunca mais iria procurá-la.

A mãe e a vizinha tentaram levar Edméia a um hospital e à Delegacia da Mulher, mas ela não quis ir de jeito nenhum porque não queria complicar a vida de Edson.

Por que Edméia se preocupou mais em não complicar a vida de Edson do que em cuidar de si? Além de ir ao hospital, o que mais ela poderia fazer para não ser mais maltratada?

Parte 3

Uma semana depois, Edson esperou Edméia sair da Igreja e pediu para voltarem às boas. Edméia respondeu que jamais, pois ele a maltratou muito e o amor que ela tinha por ele tinha se acabado. Edson ainda tentou retrucar, dizendo que tudo que ele fez foi por amá-la demais e que nunca mais faria nada nem contra ela nem contra o filho dos dois.

Edméia foi inflexível: o namoro acabou. Virou as costas e continuou andando. Edson foi atrás dela e...

O que vocês acham que aconteceu? O que Edson fez?

Vocês conhecem alguma história parecida com essa em que rolou uma situação de violência no final? Vocês acreditam quando uma pessoa diz que foi violenta com o/a namorado por amor? Por quê? Se não foi por amor, foi por quê? O que adolescentes e jovens poderiam fazer para diminuir/acabar com histórias reais como essa?

Campanha Mulheres não Esperam Mais. Acabemos com o HIV e a Violência contra as Mulheres

Essa campanha expressa preocupação com a alarmante tendência de governos de todo o mundo de criminalizar a exposição e transmissão do HIV.

No Brasil, o Código Penal explicitamente criminaliza a transmissão do HIV por meio do sexo (artigos 129, 130, 131). Isso pode ser interpretado, na prática, para criminalizar a transmissão vertical; por meio do sangue ou seringas ou objetos cortantes infectados (artigos 129, 131, 267 e 268).

De acordo com a GESTOS, uma ONG pernambucana voltada para a defesa dos Direitos Humanos, *o uso de leis criminais para responder à infecção do HIV é inapropriado, ineficaz e tende a minar os esforços de prevenção e tratamento do HIV, cuidado e apoio às pessoas HIV positivas e aumentar o risco das mulheres à violência.*

No Brasil e América Latina, esse dia está integrado às ações da Campanha 25 de Novembro - Dia Internacional da Não Violência contra as Mulheres - desenvolvidas em conjunto pela Rede Feminista de Saúde, pela Rede de Saúde das Mulheres Latino-Americanas e do Caribe - RSMLAC e outros parceiros.

Campanha 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência contra as Mulheres

É uma mobilização educativa e de massa, que luta pela erradicação desse tipo de violência e pela garantia dos direitos humanos. Em todo o mundo, quatro datas-marco representam essa luta, no período de realização da Campanha: 25 de novembro a 10 de dezembro, por isso chamamos de 16 Dias de Ativismo. No Brasil, mais uma data é destacada pela dupla discriminação sofrida pelas mulheres negras: 20 de novembro - Dia Nacional da Consciência Negra. Tudo isso para que a sociedade repudie esse ato de violência praticado contra as mulheres, pois é uma violação dos Direitos Humanos. No Brasil, ela está sob a coordenação da AGENDE - Ações em Gênero Cidadania e Desenvolvimento e, desde 2007, promovida conjuntamente com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres - SPM. Envolve, ainda, a parceria de redes e articulações nacionais de mulheres e de direitos humanos, órgãos do executivo e legislativo federal, empresas públicas, estatais e privadas e representações das agências das Nações Unidas no Brasil.

Campanha Brasileira do Laço Branco

Tem o objetivo de sensibilizar, envolver e mobilizar os homens no engajamento pelo fim da violência contra a mulher, em consonância com as ações dos movimentos

organizados de mulheres, por equidade e direitos humanos, por meio de ações em saúde, educação, trabalho, ação social, justiça, segurança pública e direitos humanos. O trabalho conjunto de organizações não governamentais, organizações das Nações Unidas, particularmente o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher - UNIFEM e o Fundo de População das Nações Unidas - UNFPA e, em parceria com organizações de mulheres, essa campanha também foi implementada em diferentes países, ao longo das duas últimas décadas: na Ásia (Índia, Japão e Vietnã), Europa (Noruega, Suécia, Finlândia, Dinamarca, Espanha, Bélgica, Alemanha, Inglaterra e Portugal), África (Namíbia, Quênia, África do Sul e Marrocos), Oriente Médio (Israel), Austrália e Estados Unidos.

No Brasil, algumas iniciativas começaram a ser delineadas em 1999, por meio de atividades dirigidas a essa temática, com objetivo de ampliar cada vez mais a rede, sensibilizando profissionais e/ou comunidade geral.

Campanha Homens Unidos pelo Fim da Violência contra as Mulheres

A campanha nacional foi lançada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM). Trata-se de uma ferramenta eletrônica de coleta de assinaturas. A iniciativa é uma resposta do Estado brasileiro à convocação do secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon, que lançou a campanha mundial "Unite to End Violence Against Women", em fevereiro de 2008, para mobilizar líderes nacionais pelo fim da violência contra as mulheres.

O objetivo da campanha nacional é a mobilização dos homens pelo fim da violência contra as mulheres no país. Ao aderirem à campanha, por meio da coleta assinaturas, os homens se comprometem publicamente a contribuir pela implementação integral da Lei Maria da Penha (11.340/06) e pela efetivação de políticas públicas que visam ao fim da violência contra as mulheres. As assinaturas serão incorporadas à ação mundial. Essa campanha conta com a parceria do UNIFEM, do UNFPA, do Instituto Papai, do Instituto Promundo e da Agende – Ações em Gênero e Cidadania.

Fonte <http://www.revistaviracao.org.br/artigo.php?id=466> ,
<http://www.gestospe.org.br/web/noticias/conteudo1/?conteudo=755507313>,
<http://www.forumseguranca.org.br/links/campanha-homens-unidos-pelo-fim-da-violencia-contra-as-mulheres>

Está na Lei!

- ▶ A violência entre casais de lésbicas, muitas vezes, reproduz também a ordem de gênero que determina a dominação do masculino sobre o feminino. A Lei Maria da Penha (Artigo 5º, parágrafo único) determina que “as relações pessoais enunciadas independem de orientação sexual”. Isso significa que não faz diferença se a mulher agredida mantém relações com homens ou mulheres, os seus direitos estão assegurados de qualquer modo.

DICA

Quer saber mais sobre a Lei Maria da Penha?

Navegue na página:

www.cfemea.org.br/pdf/leimariadapenhadopapelparaavida.pdf

Além de explicar cada detalhe sobre esta Lei, ainda fala um pouco da história do movimento de mulheres no Brasil.

Oficina 6:

Gênero e cidadania

Objetivos	Materiais necessários	Questões a serem respondidas
<p>Conceituar o termo cidadania</p> <p>Refletir sobre a maneira de incorporar a perspectiva de gênero no cotidiano.</p>	<p>Folhas grandes de papel</p> <p>Canetas de ponta grossa</p> <p>Fita adesiva ou crepe</p> <p>Quadro com o conceito de cidadania</p> <p>Quadros desenhados em folhas de cartolina</p> <p>Cartões de 10x10 cm, de três cores diferentes, para cada participante.</p>	<p>► Como os(as) adolescentes e jovens poderiam participar mais de ações voltadas para a superação das desigualdades de gênero?</p>

Tempo: 2 horas

Integração

- ▶ Pausadamente, peça aos(as) participantes que se sentem em silêncio e fechem os olhos. Peça, então, que prestem atenção na própria respiração.
- ▶ Peça que observem, tranquilamente, a entrada e a saída do ar do corpo.
- ▶ Passado alguns instantes, peça para imaginarem que o ar que inspiram é colorido.
- ▶ Deixe que o grupo vivencie algum tempo o exercício e depois peça para abrirem os olhos e falarem o que sentiram. Pergunte se costumam prestar atenção nas sensações do corpo e se acham importante dar, de vez em quando, uma parada para relaxar.

Atividade

- ▶ Antes de iniciar a atividade, pergunte ao grupo o que vem à cabeça quando se fala a palavra CIDADANIA. Coloque as contribuições no quadro e explique que:
*A palavra cidadania vem do latim **cívitas** cujo significado é cidade. Mas, tal como se emprega nos dias de hoje, cidadania é muito mais do que ser um "habitante" de um determinado local. Na verdade, nos dias de hoje, cidadania é uma forma de ver, ordenar e construir o mundo, tendo como princípios básicos os direitos humanos, a responsabilidade pessoal e o compromisso social na realização do destino coletivo. Portanto, ser um cidadão ou uma cidadã é também ter interesse pelo que acontece em sua comunidade, exercendo seus direitos e cumprindo com seus deveres⁷.*
- ▶ Peça que o grupo faça um círculo com as cadeiras. Distribua a folha de papel e um lápis para cada participante e solicite que faça uma lista com as situações nas quais se sentiu desrespeitado(a) em seus direitos de cidadão ou cidadã pelo fato de ser homem ou mulher.
- ▶ Quando terminarem, peça que cada pessoa leia um item da sua lista. Escreva os itens no quadro, conforme forem falando e, caso eles se repitam, peça para o(a) participante dizer outro.
- ▶ Quando as situações se esgotarem, releia-as e pergunte quais daquelas situações costumam acontecer na escola. Circule as que eles(as) apontarem e peça que formem quatro subgrupos.
- ▶ Solicite que, nos grupos, escolham uma das situações que costumam acontecer na escola e que, depois, discutam os problemas que aquela situação acarreta para as pessoas e para a escola; as razões para a sua existência e qual seria a solução ideal para acabar com aquela situação.
- ▶ Distribua o quadro abaixo, para facilitar a discussão:

⁷ Fonte: (SÃO PAULO, 2008)

Situação escolhida	Problemas que acarretam	Razões para a existência do problema	Solução desejável

- ▶ A partir da análise do problema, solicite que elaborem uma proposta de intervenção para garantir que os direitos de adolescentes e jovens sejam respeitados na escola.
- ▶ Quando terminarem, solicite que cada grupo apresente o quadro de análise do problema e suas sugestões para um trabalho de intervenção na escola.

Conclusões

- ▶ A cidadania é exercida a partir de pequenos atos e, com essa consciência, torna-se possível relacionar vivências do dia a dia a situações mais amplas, de modo que o exercício da cidadania – campo dos direitos e deveres – não fique só na fala e distante da vida cotidiana.
- ▶ A cidadania começa na relação de uma pessoa consigo mesma para, a partir daí, expandir-se até as outras, ampliando-se, assim, para o contexto social no qual ela está inserida. A cidadania é, pois, uma construção que se dá nas pequenas coisas do cotidiano, pelo reconhecimento e respeito às diferenças individuais, pelo combate aos preconceitos e às discriminações, pela participação nas decisões, pela ampliação da consciência em relação aos direitos e deveres e pela confiança no potencial de transformação de cada um.
- ▶ Em termos da teoria e da prática política, existem outras duas definições. A primeira que põe ênfase na criação de direitos e é a chamada cidadania passiva, em que o Estado garante que as pessoas recebam bens e serviços. A outra, definida por alguns autores como cidadania ativa, enfatiza a participação das pessoas em sua comunidade. A cidadania passiva tem um caráter jurídico ou normativo. Já a cidadania ativa tem um caráter cívico e inclusivo que amplia as esferas de atuação. Está fortemente associada à tomada de decisão coletiva sobre todos os temas que

afetam a comunidade política. Essa forma de conceber a cidadania questiona as relações de dominação e a coloca como um espaço de construção do público, partindo do princípio de que os direitos são conquistas que, uma vez alcançadas, não podem ser perdidas.

Finalização da oficina

- ▶ Distribua três cartões (um de cada cor) para cada participante e peça que respondam às seguintes perguntas:
 - Azul:** o que gostei mais nessa atividade?
 - Amarelo:** o que gostei menos nessa atividade?
 - Verde:** o que aprendi nessa atividade que levo para a minha vida?
- ▶ Recolha os cartões, coloque-os em um saquinho, embaralhe e peça a cada pessoa que retire três cartões de qualquer uma das cores.
- ▶ Peça que os(as) participantes que tiraram cartões azuis leiam o que foi escrito e escreva no quadro, formando uma primeira coluna. Faça o mesmo com os cartões amarelos e verdes.
- ▶ Ao final, leia as respostas para cada uma das perguntas e, junto com o grupo, avalie os resultados da atividade.



Controle social: uma questão de cidadania

No Brasil, entende-se por controle social a participação da sociedade na formulação, no acompanhamento e na avaliação de políticas, bem como na fiscalização da aplicação dos recursos públicos; no diálogo com o governo e na proposição de programas, projetos e ações que visem ao benefício dos vários segmentos

populacionais. O controle social também pode

ser exercido por meio de denúncias e ações públicas que envolvem, muitas vezes, órgãos oficiais como o Ministério Público.

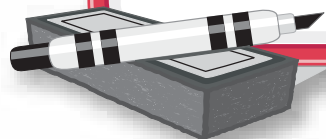
Muitos direitos estão garantidos em lei, nas políticas públicas e até mesmo explicitados no orçamento público. Mas nem sempre o que está no papel se transforma em realidade. Há ainda necessidades e prioridades que sequer foram transformadas em legislações e em políticas públicas governamentais. O que fazer, então?

Todo cidadão e cidadã têm o direito e, até o dever, de acompanhar o que vem sendo pensado, elaborado e executado pelo governo em termos de políticas e gastos públicos.

Isso é controle social: participar da vida pública, monitorando o Estado e influenciando os poderes constituídos a implementar ações que beneficiem toda a comunidade. Na democracia, o controle social é um direito de todas as pessoas. Esse controle, que é exercido pela sociedade, é importante para que os governos possam atuar mais e melhor, respondendo de forma adequada às necessidades de todos e todas.

VOCE SABIA?

São diversos os caminhos que cidadãos e cidadãs podem percorrer em busca dos seus direitos, tanto denunciando quanto participando de discussões e debates. Alguns órgãos são importantes e devem fazer parte da agenda dos que querem exercer a participação cidadã e defender seus direitos. Alguns deles:



Dísque 100

Criado para receber denúncias de exploração sexual contra crianças e adolescentes, o disque-denúncia acaba recebendo também denúncias de outros tipos de violência e até de crianças desaparecidas. As denúncias são encaminhadas aos órgãos competentes em até 24 horas. O serviço funciona das 8 às 22 horas, inclusive em finais de semana e feriados. Como o próprio nome já diz, é só digitar 100 no seu telefone. A chamada é gratuita.

Dísque 180

A Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180, criada pela Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) para auxiliar e orientar as mulheres em situação de violência, é um serviço que conta com 20 pontos de atendimento e o número de atendentes que antes era de oito passou a ser de 60. O funcionamento de 24 horas permite que as orientações, pedidos de informações e denúncias sejam encaminhadas, inclusive, nos finais de semana e à noite, quando ocorrem os maiores números de agressões. O Ligue 180 funciona de segunda a sexta-feira, das 7 às 18h40.

Dísque Saúde - 0800-611997

Funciona todos os dias da semana, das 8 às 18 horas. Oferece informações sobre doenças e recebe denúncias de mau atendimento no Sistema Único de Saúde (SUS).

Conselhos Tutelares

Criados com a função de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, eles têm múltiplas funções. Dependendo do caso, podem requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência e segurança; encaminhar, ao Ministério Público e ao Judiciário, casos de infração administrativa ou criminal contra crianças e adolescentes; requisitar certidões de nascimento e óbito, quando necessário; e assessorar o Executivo local na elaboração da proposta orçamentária para infância e adolescência.

Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os conselhos de direitos são espaços oficiais de controle social das políticas para o público infante-juvenil.

Conselhos Municipais dos Direitos das Mulheres

Tem por objetivo deliberar, contribuir na normatização e fiscalizar políticas relativas aos direitos das mulheres, propondo-se a ser um centro permanente de debates entre vários setores da sociedade.

Conselhos Municipais de Juventude

São espaços de diálogo entre a sociedade civil, o governo e a juventude brasileira. É um órgão consultivo e tem por objetivo assessorar os governos na formulação de diretrizes de ações voltadas para a juventude e assegurar que as políticas sejam conduzidas por meio do reconhecimento dos direitos e das capacidades dos(as) jovens.

Conselho Estadual de Participação e Integração da Comunidade Negra

Tem como objetivo desenvolver estudos relativos à condição da comunidade negra e propor medidas que visem à defesa de seus direitos, à eliminação das discriminações que a atingem e à sua plena inserção na vida socioeconômica, política e cultural. O Conselho é formado por membros da comunidade negra organizada e fiscaliza o cumprimento da legislação favorável aos direitos dessa comunidade. É uma instância democrática para o desenvolvimento de projetos próprios que promovem a participação da comunidade negra em todos os níveis de atividades; para estudar os problemas, receber sugestões da sociedade e opinar sobre denúncias que lhe sejam encaminhadas.

Fóruns de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente

Os Fóruns são espaços nos quais a sociedade civil fiscaliza e monitora as políticas voltadas para esses segmentos sociais.

Promotorias da Infância e Juventude

Ligadas ao Ministério Público, elas têm a função de mover inquéritos e ações civis e penais contra o Estado, grupos ou indivíduos que desrespeitem o direito da criança e do adolescente.



Para
saber mais

Sessão de cinema

A Encantadora de Baleias

Direção - Mike Caro.

É a história de uma menina que perdeu o irmão gêmeo ao nascer. A tradição de sua comunidade esperava a chegada de um líder. A menina luta com sua inteligência e sensibilidade para competir com os meninos da aldeia.

Menina de Ouro

Direção - Clint Eastwood.

Trata-se da história de uma jovem cujo maior sonho era lutar boxe. Enfrentando preconceitos, rompeu barreiras, conquistou reconhecimento sem nunca deixar de ser discriminada pela família.

Billy Elliot

Direção - Stephen Daldry.

É um filme que aborda a escolha de um menino por aulas de balé. Billy troca o boxe pela dança, sem que o pai saiba. Ele vive em uma comunidade conservadora e luta para conseguir o consentimento do pai e a aceitação do irmão para se dedicar à carreira.

Minha Vida de João

Realização - Instituto Promundo, ECOS Comunicação em Sexualidade, Instituto Papai e Salud y Género.

Desenho animado sem palavras, com 20 minutos de duração, criado para gerar questionamento entre homens jovens sobre a forma como foram socializados e os papéis de gênero que foram levados a assumir. O filme acompanha a vida de João e ilustra sua educação no contexto familiar, situações de violência doméstica, primeira experiência sexual, gravidez de sua namorada, primeiro emprego, entre outros.

Era uma vez outra Maria

Realização - Instituto Promundo, ECOS Comunicação em Sexualidade, Instituto Papai e Salud y Género.

Vídeo educativo que apresenta experiências comuns a mulheres jovens e aborda assuntos como saúde sexual e reprodutiva, violência, gravidez, maternidade e trabalho. Pode ser usado com mulheres e homens jovens ou com profissionais de saúde e educação que buscam novas formas para discutir a saúde e autonomia das mulheres jovens.

Perguntas e respostas

Por que a igualdade e equidade de gênero são importantes?

Para que as mulheres possam exercer seus direitos, é necessário um ambiente legal e político que seja favorável à igualdade e à equidade entre os gêneros. A igualdade entre os gêneros é essencial para que as mulheres tenham voz e maior controle nas decisões sobre sua própria vida, inclusive no âmbito sexual e reprodutivo. Leis e políticas que visam à igualdade e equidade entre os gêneros na distribuição de recursos, na participação política e na tomada de decisões têm impactos positivos na saúde sexual e reprodutiva das mulheres, pois:

- ▶ melhoram as condições de nutrição e saúde das meninas e mulheres;
- ▶ reduzem a carga de trabalho excessiva;
- ▶ tornam possível o acesso à informação mais precisa e a uma educação que as apoie, no tocante à sexualidade e à reprodução;
- ▶ permitem às mulheres decidirem quanto a se engajarem ou não em atividades sexuais, sob que condições farão isso, e se querem ou não ter filhos;
- ▶ apoiam as mulheres no que se refere a exigir e obter serviços de saúde sexual e reprodutiva integrais e de qualidade e permitem que suas vozes ganhem legitimidade, no plano das políticas e programas de saúde; e
- ▶ permitem abordar as necessidades particulares de subgrupos específicos de mulheres em situação de desvantagem ou vítimas de discriminação como as negras, as lésbicas, as mulheres com necessidades especiais, as privadas de liberdade, as que vivem nos ambientes urbano, rural ou na floresta.

Por que a responsabilidade dos homens nas decisões sexuais e reprodutivas é importante para a saúde das mulheres?

Frequentemente, as atitudes e comportamentos dos homens, especialmente na esfera sexual, têm um impacto negativo sobre a saúde e o bem-estar das mulheres. Muitas vezes, a atividade sexual masculina desconsidera as necessidades sexuais das mulheres; sujeita-as a situações de risco, como o de contrair doenças sexualmente transmissíveis ou a uma gravidez não planejada; ou, em muitos casos, também, envolve a violência.

Em contraste, os homens, que reconhecem a responsabilidade compartilhada como sendo um requisito da igualdade e equidade entre os gêneros, apoiam a participação das mulheres no mercado de trabalho, na vida política e comunitária e buscam preservar a saúde mental, emocional e física das mulheres, bem como seus direitos reprodutivos e sexuais. A responsabilidade compartilhada estimula uma nova forma de participação dos homens na transformação da sociedade.

Quais são as responsabilidades dos homens em relação à sexualidade e à reprodução?

Para que mulheres e homens desfrutem plenamente suas vidas é necessário que participem em todos os níveis: na vida familiar, na vida pública, na sociedade civil, no trabalho e no lazer. Isso exige que os homens assumam papéis e comportamentos que até o momento, na maioria das sociedades, são de responsabilidade exclusiva das mulheres. Essa transformação pode proporcionar aos homens um crescimento pessoal ao apoiar suas parceiras durante a gravidez, ao dividir a responsabilidade na criação dos filhos e na vida doméstica e ao apoiar a realização pessoal de suas companheiras na vida privada e na vida pública. Isso permitirá que os homens experimentem um leque mais amplo de emoções, incluindo a ternura.

Quais os tipos de violências que ocorrem contra as mulheres?

De acordo com a publicação *Pelo fim da violência contra as mulheres: um compromisso também para os homens* (Agende, 2006), a violência contra as mulheres é toda e qualquer prática ou discurso que cause ou possa causar às mulheres sofrimento ou danos físicos, psicológicos ou sexuais, tanto na esfera pública como na esfera privada. É uma violação dos direitos humanos e uma questão de saúde pública, na medida em que se baseia em injustiça social fundamentada na desigualdade de gênero, ou seja, orientada por um modelo machista e sexista de viver em sociedade.

A lei Maria da Penha considera formas de violência doméstica e familiar:

Violência Física: qualquer conduta que ofenda sua integridade ou saúde corporal.

Violência Psicológica: qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima ou que prejudique e perturbe o seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, vigilância constante, perseguição acirrada, insulto, chantagem, ridicularização, exploração e limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à saúde psicológica e à autodeterminação.

Violência Sexual: qualquer conduta que a constranja a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada, mediante intimidação, coação ou uso da força que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade, que a impeça de usar qualquer método contraceptivo ou que a force ao matrimônio, à gravidez, ao aborto ou à prostituição, mediante coação, chantagem, suborno ou manipulação; ou que limite ou anule o exercício de seus direitos sexuais e reprodutivos.

Violência Patrimonial: qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou

total de seus objetos, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Violência Moral: qualquer conduta que configure calúnia, difamação ou injúria.

O que significa empoderar as mulheres?

Empoderamento é a tradução não dicionarizada do termo inglês *empowerment*. Diz respeito ao processo pelo qual as mulheres ganham poder interior para expressar e defender seus direitos, ampliar sua autoconfiança, identidade própria e autoestima, mas, sobretudo, exercer o controle sobre suas relações pessoais e sociais. Embora as circunstâncias variem entre as sociedades e ao longo do tempo, em geral, meninas e mulheres possuem um poder mais limitado do que o dos meninos e homens, seja na esfera privada seja na vida pública. O empoderamento das mulheres é o processo pelo qual essas relações desiguais de poder são transformadas em favor das mulheres.

Por que é importante empoderar as mulheres?

O empoderamento das mulheres, adultas, adolescentes e jovens, é crucial para o exercício de seus direitos humanos e para a igualdade entre os gêneros. O empoderamento das mulheres também é importante porque:

- ▶ constroi e reforça autoimagens positivas, autoconfiança e a capacidade de ser mais eficiente em todas as esferas;
- ▶ torna possível a identificação precisa das necessidades das mulheres e a distribuição e uso justo de recursos familiares, privados e públicos;
- ▶ aperfeiçoa a eficácia de políticas públicas e programas; e
- ▶ melhora as condições de nutrição e saúde de meninas e mulheres; reduz a sobrecarga excessiva do trabalho feminino; facilita o acesso a informações precisas e a programas educacionais com relação à sexualidade e reprodução; garante que as meninas e mulheres exerçam controle sobre, se, como, quando e sob que circunstâncias devem iniciar sua vida sexual ou se desejam ter filhos e, além disso, tenham mais voz nas políticas e programas de governo.

De que tipo de poder se está falando?

Geralmente quando pensamos em uma pessoa poderosa, imaginamos uma que manda nas outras, ou seja, que tem poder sobre as outras.

Quando pensamos em empoderamento, o que se busca é superar essa noção limitada do poder e fazer ressaltar outras, mais condizentes com o paradigma dos direitos, como, por exemplo, as noções de:

- ▶ **poder para:** é a essência do aspecto individual do empoderamento, pois, quando as pessoas têm “poder para” fazer algo, em geral elas conseguem resolver os seus problemas, compreender como as coisas são ou aprender uma habilidade;
- ▶ **poder com:** coletivamente as pessoas sentem-se fortalecidas quando se organizam e se unem em volta de um propósito comum. Envolve o sentimento de pertencimento, de fazer parte de uma totalidade maior para enfrentar problemas e desafios a partir do consenso;

- ▶ **poder dentro:** é a força que existe dentro de cada pessoa. É a base da autoaceitação e do autorrespeito que se estende, por sua vez, à aceitação e ao respeito pelo(a) outro(a) como seu(sua) igual. O “poder dentro” enfatiza a autoaceitação e o autorrespeito, reconhece e aceita as diferenças entre as pessoas, sem condená-las.

O que significa incidência política ou *advocacy*?

Advocacy tem origem na palavra advogar – significando argumentar em favor de sua demanda ou posição. Atualmente, *advocacy* significa os processos que produzem mudanças em sistemas institucionais. No campo da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, esses sistemas podem incluir, além do sistema de saúde, a lei, a educação, o parlamento ou organismos internacionais.

Advocacy ou incidência política é um processo estratégico, em geral de longo prazo, que se apoia em análises e na definição de metas. Esforços de incidência política requerem habilidades e estratégias próprias, podendo ser conduzidas por meio de campanhas específicas, para alcançar objetivos claros, direcionados a grupos alvo específicos.

Embora a incidência política possa ter como meta de longo prazo a mudança das atitudes ou comportamentos, as metas de curto e médio prazo definidas para campanhas específicas podem incluir mudanças nas políticas públicas, na legislação, no orçamento e na distribuição de recursos, ou mesmo chamar a atenção dos meios de comunicação.



Referências

AUAD, Daniela. **Feminismo**: que história é essa? São Paulo: Editora DP&A, 2003.

CADERNO 5 SOS Corpo. In: CAMURÇA, Sílvia; GOUVEIA, Taciana. **O que é gênero**. Recife: [s.n.], 1995.

ECOS. Caderno família dá samba. In: CAVASIN, Sylvia. **A trama do tema...** São Paulo: ECOS, 1994.

ECOS. **Manual sexo sem vergonha**: uma metodologia de trabalho com educação sexual. São Paulo: [s.n.], 2001.

GRUPO INICIATIVA MUJERES. **Taller por el derecho a tener derechos**: mujeres en el ejercicio de ciudadanía. Santiago: Grupo Iniciativa Mujeres, 2001.

HENRIQUES, Ricardo (org.). **Gênero e diversidade sexual na escola**: reconhecer diferenças e superar preconceitos. Brasília: SECAD, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escola_protege/caderno5.pdf>. Acesso em: 8 Fev. 2011.

INSTITUTO PAPAÍ. **Homens pelo fim da violência contra a mulher**: manual educação para ação. Recife: Instituto Papai, 2007.

INTERNATIONAL WOMEN'S HEALTH COALITION. **Hera- health, empowerment, rights and accountability**. Disponível em: <http://portugues.iwhc.org/docUploads/HERAactionsheets_po.pdf>. Acesso em: 15 Nov. 2008.

JESUS, Beto de et al. **Diversidade sexual na escola**: uma metodologia de trabalho com adolescentes e jovens. Ed. Especial, revista e ampliada. São Paulo: ECOS, 2008.

LYRA, Jorge; MEDRADO, Benedito; LOPES, Fernanda. **Homens também cuidam**: diálogos sobre direitos, saúde sexual e reprodutiva, paternidade e relações de cuidado. Brasília: Instituto PAPAÍ/UNFPA, 2008. Disponível em: <<http://www.unfpa.org.br/Arquivos/homenstambemcuidam.pdf>>. Acesso em: 8 Fev. 2011

MATTAR, Laura Davis (coord.). **Direito à saúde da mulher negra**: manual de referência. São Paulo: Conectas Direitos Humanos, 2008.

MEDRADO, Benedito et al. **Homens pelo fim da violência contra a mulher**: manual educação para ação. Recife: Instituto Papai, 2007.

MEDRADO, Benedito; PEDROSA, Cláudio. **Pelo fim da violência contra as mulheres**: um compromisso também para os homens. Brasília: Agende – Ações de Cidadania e Desenvolvimento, 2006.

ROCHA, Maria Isabel Baltar; ROCHA, Liége. Saúde é assunto para mulheres. In: **CONTROLE Social: uma questão de cidadania**. São Paulo: Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos, 2002.

SÃO PAULO. Coordenadoria da Mulher. **Mulheres e cidadania ativa**: construindo políticas de igualdade. São Paulo: Prefeitura da Cidade de São Paulo, 2008

SERRÃO, Margarida et al. **Sexualidade do adolescente**: fundamentos para uma ação educativa. Salvador: Fundação Odebrecht, 1999.

SILVEIRA, Maria Lúcia. Políticas públicas de gênero: impasses e desafios para fortalecer a agenda política na perspectiva da igualdade. In: SILVEIRA, M. L.; GODINHO, T. (Orgs.) **Políticas públicas e igualdade de gênero**. São Paulo: Coordenadoria Especial da mulher, 2004.

VENTURA, Miriam. **Direitos reprodutivos no Brasil**. Brasília: UNFPA. Disponível em: <http://www.unfpa.org.br/Arquivos/direitos_reprodutivos.pdf>. Acesso em: 8 Fev. 2011.

WEGS, Christina; TURNER, Katherine; RANDALL-DAVID, Betsy. **Treinamento eficaz em saúde reprodutiva**: estruturação e execução do curso: manual de referência. Chapel Hill: IPAS, 2003. Disponível em: <<http://www.ipas.org.br/arquivos/manual2004.pdf>>. Acesso em: 8 Fev. 2011.